



Os bons vi sempre passar No mundo graves tormentos

Luís de Camões



MARIA TERESA
NASCIMENTO

Independente do ponto de vista assumido pelos diversos colaboradores deste número, o termo precariedade assombra, de modo inevitável, as suas reflexões: precariedade na investigação e precariedade na docência, que o mesmo é dizer desqualificação de uma profissão sobre a qual impende um elevado nível de exigência.

Que estímulos se oferecem a quem tem a mais elevada responsabilidade da formação superior das gerações deste país?

Que reconhecimento se confere àqueles que fazem investigação e que ajudaram Portugal a sair da incómoda e vexatória posição dos lugares derradeiros?

Que resposta à baixa remuneração salarial, à estagnação nas carreiras, aos inúmeros escolhos colocados no caminho da merecida ascensão que poucos alcançam?

Que esperanças para quem cumpre e dá o melhor de si todos os dias, e se vê vilipendiado? Que prémio alcança quem promove a excelência das instituições?

Que lenitivo a alguém que olha para a sua folha de vencimentos e constata que, dez anos depois, mesmo auferindo um salário superior em 300 Euros, afinal recebe menos 200?

Tantas perguntas que ecoam no vazio dum sistema a que a Ciência e os que nela e por ela laboram tanto, importam tão pouco ...!

A insistir na relação paradoxal entre a precariedade sofrida pelos investigadores e o seu papel decisivo no panorama científico, surge a opinião de Filipa Vale, *Universidade Líquida*, que estende a sua observação à fragilidade de todos quantos seduzidos por requisitos curriculares leccionam gratuitamente, enquanto acalentam perspectivas de futuro ingresso na carreira

docente ou ainda àqueles que, constituindo a maior percentagem de professores convidados, apenas existem para suprir carências advenientes da não abertura de concursos.

É a resistência das instituições à renovação de docentes e à contratação de investigadores que denuncia Jónatas Valença em *As 'Não Carreiras Sombra'*. No futuro sombrio que perspectiva para a Ciência em Portugal, o subterfúgio do recurso às APSFL deixa dúvidas. De hesitações se tem feito a definição de uma política de Ciência que tem deixado os investigadores a coberto de sucessivas bolsas ou à mercê de escassas percentagens de contratos de trabalho.

Guiados pelo olhar abrangente de Teresa Summavielle, em *30 Anos depois das primeiras Bolsas de Doutoramento* sobrevoamos o caminho referencial da investigação em Portugal, desde a criação da JNICT, naquele que constitui um retrato de vicissitudes, de limitações e de relações laborais precárias paradoxalmente traduzidas, no contributo para a elevação dos índices de produção científica no país.

De exaustão nos fala Rosário Mauritti, em *Professores e Investigadores em fim de linha: efeitos do congelamento de carreiras nas condições de ingresso na reforma*, que aponta no sentido de que os mecanismos que bloquearam a progressão docente em muitas instituições terão impacto na variação do valor das aposentações.

Com relevância nos parece também a constatação de que o fluxo de saída nas categorias docentes de topo não vai encontrando correspondência na abertura de concursos para categorias análogas.

Gonçalo Leite Velho, em *Consequências: a evolução dos mecanismos de contratação no ensino superior público português pós-RJIES*, depois de analisar o percurso evolutivo dos regimes de prestação de serviço e da composição das categorias dos docentes

de carreira (com contrato por tempo indeterminado), conclui pela existência de diversos desequilíbrios e disfunções. É notório o aumento do número de convidados nas diversas instituições de Ensino Superior, bem como resulta evidente a desproporção numérica das categorias docentes.

Como que a antecipar muitas das reflexões dos artigos deste número, encontramos algumas das conclusões do Forum do Ensino Superior e Ciência, promovido pelo SNESup no passado mês de Junho e de que no número anterior da Revista demos breve notícia. Mariana Gaio Alves descreve-nos agora, pormenorizadamente, o modo de funcionamento das sessões, as ideias debatidas e as propostas avançadas.

Em entrevista, com José Manuel Molarinho Carmo, ficamos a conhecer o Reitor da Universidade da Madeira e o retrato da instituição que governa, neste ano que é o da comemoração do seu trigésimo aniversário. Enfatizado o significado e importante papel desta instituição de ensino na Região em que se insere, ficam também evidentes as dificuldades financeiras que as condições de insularidade agudizam.

É ainda neste número que assistimos ao epílogo de *Relatos do Bule ou Jacarandás no Inferno* e à decisão tomada por Guilherme, o protagonista, de suspender a sua actividade académica, voltado para uma “janela de futuro que se abriu”. Nos seus leitores, fica agora, o desejo de visitar aquele que foi o percurso da personagem ao longo dos anos, desde a sua primeira aparição na Revista, em Julho/Agosto/Setembro de 2010.

A Paulo Ferreira da Cunha, expressamos o nosso reconhecimento e esperamos que continue a querer partilhar connosco a sua criatividade e o seu olhar acutilante sobre aquela que é a realidade do Ensino Superior e da Ciência.

Nota: a escrita do editorial não segue o Novo Acordo Ortográfico